

TERMO DE ADITAMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO CELEBRADA ENTRE O SINDICATO DOS CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO PAULO

Por este instrumento e na melhor forma de direito, de um lado, como representantes da categoria profissional, a **FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO – FECOMERCIÁRIOS**, entidade sindical de segundo grau, detentora da Carta Sindical – Processo MITC/DNT nº 156.95/1942 e do CNPJ/MF nº 61.669.313/0001-21, com sede na Rua dos Pinheiros, 20 – Pinheiros – São Paulo – Capital – CEP – 05422-012, neste ato representado por seu Presidente, **Sr. Luiz Carlos Motta**, portador do CPF/MF nº 030.355.218-24, conforme Assembleia Geral realizada no auditório do Centro de Lazer dos Comerciários, na Praia Grande/SP no dia 30/07/2015, assistido pelo advogado João André Vidal de Souza – OAB/SP 125.101 e CPF nº 149.991.098-32 e o **SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO PAULO** – entidade sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ sob o nº 60.989.944/0001-65 e detentora de Carta Sindical – Processo nº 4009/41, SR06625, com base no município de São Paulo e sede na Rua Formosa nº 99 – Anhangabaú – CEP 01049-000, tendo realizado Assembleia Geral Extraordinária em 21/07/2015, nesta Capital, neste ato representado pelo Diretor Jurídico, **Sr. Marcos Afonso de Oliveira**, portador do CPF/MF nº 219.396.758-04, assistidos pelo advogado **Dr. Robson Eduardo Andrade Rios**, inscrito na OAB/SP 86.361, e de outro, como representante da categoria econômica dos Concessionários e Distribuidores de Veículos o **SINDICATO DOS CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**, neste ato simplesmente denominado **SINCODIV-SP**, detentor do CNPJ nº 44.099.470/0001-91 e detentor do Registro Sindical – Processo 24000.0017113/90, com sede na cidade de São Paulo, na Av. Indianópolis, 1967, Planalto Paulista, CEP 04063-003, neste ato representado pelo seu presidente **Sr. Álvaro Rodrigues Antunes de Faria**, inscrito no CPF/MF nº 331.764.384-04 e pelo Superintendente **Sr. Otávio Leite Vallejo**, CPF/MF nº 030.443.358-68, assistidos pelo advogado Domício dos Santos Júnior, inscrito na OAB/SP nº 22.017, vêm, de comum acordo celebrar o presente **ADITAMENTO** estabelecendo alteração na redação da Cláusula **SEXAGÉSIMA OITAVA** da **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** celebrada entre as partes em 20/01/2016, aplicável no âmbito da abrangência da base territorial do município de São Paulo/SP, em conformidade com as condições a seguir aduzidas:

Cláusula Primeira - A cláusula **Sexagésima Oitava** que dispõe sobre a “*Contribuição Assistencial dos Empregados*”, passa a vigorar com a seguinte alteração:

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS

Os **CONCESSIONÁRIOS** se obrigam a descontar a título de Contribuição Assistencial, de cada Empregado integrante da categoria profissional e por ela beneficiado, em favor do **SINDICATO**, fixada no total de 6% (seis por cento), incidente sobre a remuneração mensal de outubro de 2015, já reajustada conforme as cláusulas “**REAJUSTE SALARIAL DOS ADMITIDOS ATÉ 30/09/2014**” e “**REAJUSTE SALARIAL DOS ADMITIDOS ENTRE 01/10/2014 ATÉ 30/09/2015**”, da norma coletiva e abrangendo somente salário nominal dos Empregados não comissionistas, ou integrada por comissões e parcela fixa dos comissionistas em geral, mas sem incluir a parcela do 13º Salário, no limite individual de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Parágrafo Primeiro - O desconto e recolhimento do valor total desta contribuição deverá ser efetuado através de três parcelas de igual valor, recolhidas através de guias fornecidas pelo **SINDICATO**:

- a) a primeira, da remuneração mensal de março de 2016 e recolhida até o dia 10 de abril de 2016;
- b) a segunda, da remuneração mensal de abril de 2016, a ser recolhida até o dia 10 de maio de 2016;
- c) e a terceira, da remuneração mensal de maio de 2016, a ser recolhida até o dia 10 de maio de 2016.

Parágrafo Segundo - Os Empregados admitidos após a assinatura desta convenção, que não sofreram descontos, estes serão efetuados nos três primeiros pagamentos de suas remunerações mensais e deverão ser recolhidos pelos Concessionários, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto.

O desconto deste parágrafo deverá respeitar a proporcionalidade de 1/12 avos (um doze avos) por mês faltante para o alcance da nova data-base.

Parágrafo Terceiro - O recolhimento da contribuição assistencial efetuado fora dos prazos mencionados nos parágrafos 1º e 2º será acrescido de multa de 2% (dois por cento) nos 30 (trinta) primeiros dias.

Parágrafo Quarto - Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, além da multa de 2% (dois por cento), correrão juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, sobre o valor do principal.

Parágrafo Quinto - Os trabalhadores poderão exercer o direito de oposição à cobrança da contribuição em questão, manifestada individual e pessoalmente, por escrito, sempre no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura das Convenções ou dos Acordos Coletivos, que deverá conter o nome, o RG e o CPF do trabalhador e ser entregue na sede do Sindicato, das 09h00 às 17h00, em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos ou feriados; das 09h00 às 17h00 ou em suas subsedes, de segunda a sexta-feira, sem outras formalidades. No caso de admissão do trabalhador após o prazo acima, este poderá exercer seu direito de oposição no prazo de 30 (trinta) dias do início do contrato de trabalho, apenas de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 17h00, na sede e subsedes do Sindicato. Os endereços da sede e subsedes estão disponibilizados no site do Sindicato dos Comerciantes: www.comerciantes.org.br. O empregado que efetuar oposição ao desconto da contribuição assistencial na forma prevista nesta cláusula e seus parágrafos deverá entregar, até a data adotada pela empresa para elaboração da folha de pagamento, cópia do protocolo fornecido pelo Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, para que esta não efetue os descontos convencionados.

Cláusula Segunda - Ratificação das demais cláusulas previstas na Convenção Coletiva de Trabalho celebrada em 20/01/2016 ora aditada e vigência das demais cláusulas referidas neste instrumento de aditamento.

Ficam, assim, ratificadas todas as demais cláusulas previstas na Convenção Coletiva de Trabalho firmada em 20/01/2016 e não alteradas ou abrangidas pelo presente Aditamento, as quais vigorarão com plena eficácia em conformidade com suas disposições originais sem quaisquer alterações até 30 de setembro de 2016, nos termos da vigência prevista na **CLÁUSULA PRIMEIRA** da Norma Coletiva ora aditada.

E, assim, por estarem justos e avençados, assinam o presente Instrumento de Aditamento em 6 (seis) vias de igual teor e conteúdo, devendo, ainda, os termos do presente surtir todos os efeitos e fins legais.


São Paulo, 15 de fevereiro de 2016.

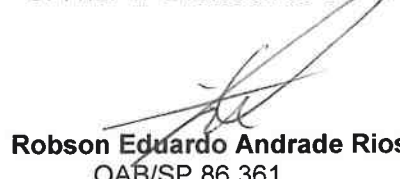
**P/Federação dos Empregados no
Comércio do Estado de São Paulo**


Luiz Carlos Motta
Presidente da **FECOMERCIÁRIOS**
CPF/MF nº 030.355.218-24


João André Vidal de Souza
OAB/SP 125.101

**P/Sindicato dos Empregados no
Comércio de São Paulo**

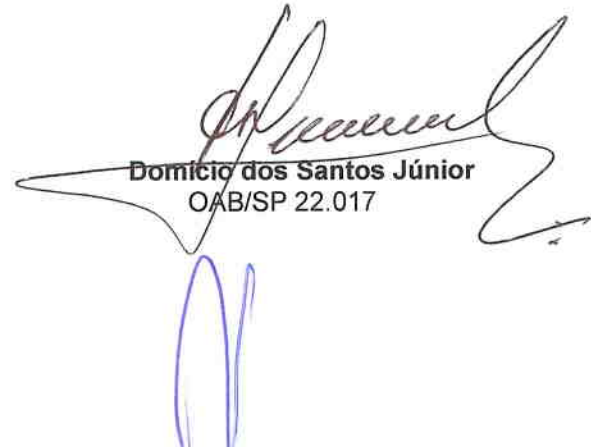

Marcos Afonso de Oliveira
Diretor Jurídico
CPF/MF nº 219.396.758-04


Robson Eduardo Andrade Rios
OAB/SP 86.361

**P/ Sindicato dos Concessionários e Distribuidores
de Veículos no Estado de São Paulo**


Álvaro Rodrigues Antunes de Faria
Presidente do **SINCODIV-SP**
CPF/MF nº 331.764.384-64


Octavio Leite Vallejo
Superintendente do **SINCODIV-SP**
CPF/MF nº 030.443.358-68


Domicio dos Santos Júnior
OAB/SP 22.017